

---

---

---

## EDITORIAL

---

---

---

<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v2i1.6847>

**E**studos sociais, políticos, culturais e econômicos enfatizam a difusão, mundialmente, das tecnologias da informação e comunicação, o que suscita diversas discussões e questões, entre elas a inclusão e a exclusão digital. Um dos principais sentidos que circulam na sociedade é o dualismo e antagonismo inclusão/ exclusão digital, associado a questões como democratização do acesso a tecnologias, inclusive por meio da educação escolar (BONILLA; OLIVEIRA, 2011).

Trata-se de tema muito relevante e complexo, que demanda muitos estudos, pesquisas e debates teóricos e políticos, para sua compreensão crítica e a busca de superação de visões simplificadoras, dualistas, tecnocêntricas, notadamente quanto à relação entre educação escolar e inclusão digital. Há que se discutir a forma e o conteúdo da busca pela inclusão digital na educação escolar, bem como a que propósitos serve, em uma sociedade em que se caracteriza muito menos por ser uma sociedade do conhecimento muito mais por ser desigual e antidemocrática, inclusive na distribuição dos bens físicos e simbólicos, de natureza tecnológica e digital. Há que se questionar até que ponto as políticas de inclusão digital voltadas para a educação escolar de fato promovem esta inclusão.

Neste número da Revista Educativa a sessão de Artigos Temáticos está articulada pela temática inclusão e exclusão digital, reunindo trabalhos que a abordam sob diversos aspectos. São apresentados oito artigos elaborados por pesquisadores nacionais e estrangeiros, cujos trabalhos abordaram as intencionalidades em torno da inserção das tecnologias digitais em rede em processos educativos por meio da inclusão digital; o conceito de política pública na educação mediante a agenda

de inclusão digital; a implantação e execução de programas e projetos de Inclusão Digital na escola pública; a educação a distância como política pública de inovação tecnológica e inclusão social por meio da inclusão digital; a efetividade de programas de inclusão digital em promover a apropriação de conhecimentos por alunos e professores; as formas das relações inclusão/exclusão digital de professores em processo de formação continuada; a utilização de tecnologias de informação e comunicação em ações estratégicas como reforço escolar e recuperação paralela. Todos textos desta sessão são detalhadamente apresentados por Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar e Joana Peixoto, dispensando maiores considerações neste editorial.

A sessão Temas em debate, com a diversidade temática que lhe é própria, traz um artigo discutindo questões conceituais da teoria de Vygotsky, outro sobre a questão indígena nos livros didáticos e, ainda, dois que abordam a educação integral e a escola de tempo integral.

O primeiro artigo da sessão intitula-se “Como a instrução influencia o desenvolvimento conceitual: a teoria de Vygotsky revisitada”, e tem como autor Marc Clarà, do Departamento de Pedagogia e Psicologia da Universitat de Lleida, Espanha. O autor anuncia como problema que, embora seja amplamente conhecida a premissa vygotskiana de que o desenvolvimento da criança se origina na aprendizagem socialmente mediada, a explicação sobre como e por que isso ocorre não é tão conhecida. Para Clarà, que a falta desta explicação altera significativamente as interpretações do conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) e, mais ainda, a interpretação de noções amplamente utilizadas como conceitos científicos e conceitos espontâneos. Após expor de forma detalhada este problema, o autor discute e argumenta sobre uma interpretação satisfatória sobre como e por que a instrução influencia o desenvolvimento, reinterpretando, então, os conceitos de ZDP, conceitos científicos e espontâneos. Finaliza, examinando implicações desta explicação para a pesquisa e prática em psicologia educacional, no que se refere à ontogênese, a interação, a instrução desenvolvimental.

O segundo artigo, “A Lei 11.645/2008 e a questão indígena nos livros didáticos” é foi escrito por Isaíde Bandeira da Silva, Fátima Maria Leitão Araújo e Joilson Silva de Sousa (Universidade Estadual do Ceará). Os autores discutem o resultado da análise de três coleções de livros didáticos de história do Ensino Fundamental, que fazem parte do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2014, abordando a temática indígena. O artigo mostra como livros didáticos abordam

a temática indígena, textos escritos, atividades e imagens. Os autores mostram que ocorre deficiência dos livros didáticos quanto ao tratamento da diversidade étnica, falta de clareza ou especificidade sobre os povos indígenas, abordagem superficial de conteúdos, uso meramente ilustrativo de imagens, percepções que originam uma visão homogênea dos povos indígenas. Assumem posição defendendo a necessidade da crítica aos livros didáticos e a revisão de concepções e saberes deficientes e visões estereotipadas sobre os povos indígenas.

No artigo seguinte “Educação Integral: em defesa de uma concepção emancipatória”, Karen Cristina Ruppel da Silva (Faculdade Educacional de Arapoti – FATI) e Simone de Fátima Flach (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.), abordam a relação entre educação integral e emancipação humana no contexto do capitalismo, problematizando sua possibilidade. Para isto as autoras discutem criticamente conceitos como educação integral, atendimento integral e escola de tempo integral, apontando a existência do que consideram ser um “imbróglio conceitual”, presente na orientação das distintas propostas político-educacionais. Em seguida abordam o conceito ontológico de educação em relação com a emancipação humana como conceito capaz de se contrapor ao conceito hegemônico de educação integral na perspectiva capitalista. Por fim, argumentam pelo caráter emancipatório da educação e pela formação omnilateral dos alunos.

O último artigo desta sessão, “Análise curricular do contraturno na escola de tempo integral em Minas Gerais, tem como autora Helena Maria dos Santos Felício (Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG). A autora inicia defendendo o entendimento de que a organização da escola de tempo integral não pode significar simplesmente a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola e a ocupação do aluno com atividades para que não fique ocioso. Considerando a necessidade de uma organização curricular na perspectiva integrada, a autora apresenta resultados de uma pesquisa em que buscou analisar a organização curricular do contraturno da Escola de Tempo Integral (ETI), em Minas Gerais, buscando identificar possibilidades de uma educação integral. Finaliza mostrando que apesar de oferecer alguns benefícios aos alunos que permanecem no contraturno, as atividades permanecem com um caráter de reforço escolar e distanciadas dos objetivos de uma educação integral.

Na sessão Ponto de Vista o leitor encontra um artigo cujo tema é emergente e necessário mediante a complexidade do contexto atual da sociedade brasileira. “Por uma formação não fascista: Experimentações

docentes na cibercultura”, apresenta resultados da pesquisa empreendida por Felipe da Silva Ponte de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), Fernando Pocahy (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) e Edméa Oliveira dos Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRRJ e Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ). O problema do qual partem os autores é o uso do ciberespaço como plataforma de enunciação coletiva com foco na produção de pânico moral, violências de gênero, racismo, xenofobia, machismo, ataque a religiões não-cristãs e a instituições públicas e a direitos humanos. Assim, buscam responder à questão: como pensar-fazer uma formação docente não fascista a partir da cibercultura e realizam uma pesquisa-formação na cibercultura? A análise dos dados identifica narrativas que apontam para uma formação mais participativa em rede, inclusiva e múltipla.

A partir dos temas, questões, análises e críticas que este conjunto de artigos oferece, a *Educativa* busca manter sua contribuição para o campo científico da educação e para as práticas educativas.

#### Referência

BONILLA, M. H. S.; OLIVEIRA, P. C. S. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. (Orgs.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. [Online]. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 23-48.

Raquel A. Marra da Madeira Freitas